

ORAÇÕES CAUSAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

CAUSAL CLAUSES IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Patricia Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho discute as orações causais/explicativas do português brasileiro introduzidas por *porque*. Propõe-se que essas orações se adjungem a três posições distintas na matriz. Para descrever esses diferentes níveis de integração, adota-se a classificação proposta por Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022), em que as orações adverbiais são classificadas como centrais (adjungidas internamente a TP), periféricas (adjungidas externamente a TP) e não-integradas (adjungidas a uma projeção ligada ao ato de fala). Essa descrição sintática não é obtida a partir do significado das orações: as posições de adjunção são definidas a partir de diagnósticos sintáticos envolvendo o domínio de escopo da matriz. O trabalho discute também as orações causais com respeito às conhecidas relações estabelecidas por Sweetser (1990) entre as adverbiais e a matriz: relações no domínio do conteúdo, no domínio epistêmico e no domínio dos atos de fala. Ainda que, à primeira vista, pareça haver uma correspondência direta entre as três posições de adjunção mencionadas e os três domínios propostos por Sweetser, propõe-se, com base em Frey (2016), que essa relação se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser adjungidas às três posições, as orações epistêmicas podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas.

PALAVRAS-CHAVE: Orações causais. Orações adverbiais. Subordinação. Português Brasileiro.

ABSTRACT

This paper discusses causal clauses in Brazilian Portuguese introduced by *porque* 'because'. It is proposed that these clauses are adjoined to three distinct positions in the matrix. To describe these different levels of integration, I adopt the classification proposed by Frey (2016) and Badan and Haegeman (2022), in which adverbial clauses are classified as central (internally attached to TP), peripheral (externally attached to TP), and non-integrated (attached to a projection linked to the speech act). This syntactic description is not obtained from the meaning of the clauses: the adjunction positions are defined from syntactic diagnostics involving the scope domain of the matrix. The paper also discusses causal clauses with respect to the well-known relations established by Sweetser (1990) between adverbials and the matrix: relations in the domain of content, in the epistemic domain, and in the domain of speech acts. Although, at first glance, there seems to be a direct correspondence between the three adjunction positions and the three domains established by Sweetser, it is proposed, based on Frey (2016), that this correspondence takes place as follows: content clauses can be adjoined to all three positions, epistemic clauses can be peripheral or non-integrated, and speech act clauses can only be non-integrated.

KEYWORDS: Causal clauses. Adverbial clauses. Subordination. Brazilian Portuguese.

Introdução

Este artigo examina a sintaxe das chamadas orações causais/explicativas do português brasileiro (PB) introduzidas pelo conectivo *porque*. Para a tradição gramatical, de modo geral (cf.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), patricia.rodrigues@ufpr.br, <https://orcid.org/0000-0002-3534-284X>.

CUNHA; CINTRA, 2001; ROCHA LIMA, 2010; entre outros), essas orações são classificadas como subordinadas causais ou como coordenadas explicativas.² A oração causal (1a) “indica o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na principal” (ROCHA LIMA, 2010, p. 274), ao passo que a oração explicativa (1b) relaciona “pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a razão de ser da primeira” (ROCHA LIMA, 2010, p. 186).

- (1) a. A formiga não receia o inverno, porque economiza no verão. (ROCHA LIMA, 2010, p. 274)
 b. Espere um pouco, porque ele não demora. (ROCHA LIMA, 2010, p. 186)

A classificação tradicional implica a assunção de que todas as orações causais são subordinadas e de que todas as orações explicativas são coordenadas. Essa classificação já foi questionada em diversos trabalhos sobre as orações causais/explicativas do português. Matos (2004; 2006), bem como Matos e Raposo (2013), por exemplo, propõem que as orações explicativas são mais bem analisadas como subordinadas de caráter mais apositivo ou periférico (adjuntos de frase), estabelecendo, assim, uma outra correspondência semântico-sintática: as orações causais seriam subordinadas adjuntos de predicado (subordinadas integradas) e as orações explicativas seriam subordinadas adjuntos de frase (subordinadas periféricas). Ainda há autores, como Lobo (2003) e Colaço e Matos (2016), que consideram que não existe correspondência direta entre a estrutura sintática dessas orações e o seu significado causal ou explicativo, pois orações iniciadas por conectivos com sentido mais explicativo (como *que*) poderiam também denotar a causa real da situação descrita na oração associada.³

Essas questões não são, contudo, propriamente investigadas, conforme observa Rodrigues (2018), que mostra que os trabalhos examinados, em geral, assumem a separação clássica entre causais e explicativas, focando nos exemplos prototípicos de cada classe na definição de suas estruturas sintáticas. Isso resulta, na prática, em estabelecer igualmente uma correspondência direta entre a estrutura sintática e o significado das orações, em que as causais são analisadas como subordinadas integradas e as explicativas são analisadas ou como coordenadas (LOBO, 2003, 2013) ou como subordinadas periféricas (MATOS, 2004, 2006; MATOS; RAPOSO, 2013). Em suma, enquanto a análise das orações ditas causais é consensual, as estruturas propostas para as orações ditas explicativas são divergentes, mas, em última análise, assume-se que cada significado corresponde a uma estrutura sintática.

Questionando essa correspondência direta entre o significado das orações causais e suas estruturas sintáticas, Rodrigues (2018), que discute as orações causais/explicativas do PB introduzidas por *porque*, propõe que uma análise mais adequada para as orações interpretadas como causa direta

² Alguns autores, como Said Ali (1969, p. 147), por exemplo, utilizam o termo “causal” para identificar tanto as orações causais como as explicativas, diferenciando-as em subordinadas ou coordenadas conforme a pausa existente entre a oração causal e a oração inicial.

³ Conforme Colaço e Matos (2016, p. 45), “it has been remarked that the connectors presenting an explicative import may also head clauses that denote the real or inferred cause of the state of affairs expressed in the main clause”.

deve levar em conta a estrutura informacional da sentença. Na análise apresentada, orações causais introduzidas por *porque* podem ser consideradas tanto como adjuntos de predicado quanto como adjuntos de frase, a depender da estrutura informacional da construção causal. Essa análise foca, assim, na sintaxe externa das orações causais/explicativas, ou seja, em suas posições de adjunção à matriz, e deixa claro que não é possível determinar a sintaxe dessas orações a partir de seu significado.

O objetivo do presente trabalho é ampliar o estudo de Rodrigues (2018), refinando a descrição sintática das orações do PB introduzidas por *porque*. Assumo, com Rodrigues (2018), que as orações causais/explicativas do português brasileiro são orações subordinadas,⁴ mas proponho que, conforme seu nível de integração, podem ser adjungidas não a duas, mas sim a três posições distintas na matriz. Para descrever esses diferentes níveis de integração, adoto a classificação proposta por Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022), em que as orações adverbiais são classificadas como centrais (adjungidas internamente a TP), periféricas (adjungidas externamente a TP) e não-integradas (adjungidas a uma projeção ligada ao ato de fala). Vale notar que essa descrição sintática não parte do significado das orações: as posições de adjunção são definidas a partir de diagnósticos sintáticos envolvendo o domínio de escopo da matriz. É a partir de sua posição de adjunção que a adverbial adquire um significado: adverbiais centrais modificam a eventualidade codificada na matriz, adverbiais periféricas fornecem uma proposição que serve como evidência para a relevância da proposição principal e adverbiais não integradas modificam o ato de fala. Nos termos de Frey (2020), que segue Krifka (no prelo), teríamos, respectivamente, uma proposição, um julgamento e um ato de fala.

No entanto, quando se fala em significado das orações causais/explicativas, é necessário mencionar a conhecida proposta de Sweetser (1990), que distingue as relações estabelecidas entre as adverbiais e a matriz considerando o domínio a que pertencem: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio dos atos de fala. Em comparação com a classificação causais vs. explicativas, pode-se dizer que as orações causais correspondem às orações de conteúdo e que o grupo das orações explicativas é subdividido em dois: orações epistêmicas e de ato de fala. Tendo em mente essa classificação, utilizarei o termo geral “oração causal” para designar as orações tradicionalmente denominadas causais/explicativas e os termos mais específicos “oração causal de conteúdo”, “oração causal epistêmica” e “oração causal de ato de fala” para diferenciá-las. As orações causais de conteúdo expressam uma causa para a eventualidade descrita na oração principal, ao passo que as orações epistêmicas apresentam uma evidência para a verdade da proposição enunciada na oração principal e as orações de ato de fala apresentam uma justificativa para a enunciação da oração principal. Com relação aos diferentes níveis de integração discutidos acima, argumento que as orações de conteúdo são centrais, as orações epistêmicas são periféricas e as orações de ato de fala são não-integradas.

Contudo, ainda que, à primeira vista, pareça haver uma correspondência biunívoca entre as três posições de adjunção mencionadas e os três domínios propostos por Sweetser, é necessário esclarecer

⁴ Para uma argumentação convincente sobre o estatuto de subordinadas das orações causais, o leitor pode consultar Matos (2004, 2006).

que a proposta de Sweetser visa a intenção do falante e contempla o significado do conteúdo das adverbiais, não o significado derivado das suas posições de adjunção. A propósito, veremos que a relação entre as diferentes posições de adjunção mencionadas e as diferentes interpretações propostas por Sweetser (1990) não é uma relação de um para um. Com base em Frey (2016), este trabalho propõe que essa relação se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser adjungidas às três posições, as orações epistêmicas só podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas. Inversamente, as orações centrais só podem obter uma leitura de conteúdo, as orações periféricas podem obter tanto uma leitura epistêmica quanto uma leitura de conteúdo e as orações não-integradas podem obter as três leituras.

O artigo está organizado como segue. A seção 1 apresenta a proposta para as diferentes posições de adjunção das orações adverbiais, bem como a proposta de classificação de Sweetser (1990) para essas orações. A seção 2 discute as orações causais do PB. Inicialmente, retoma a classificação de Sweetser (1990) proposta para as orações do inglês introduzidas por *because* ‘porque’ e argumenta que as orações causais do PB podem ser interpretadas de acordo com essa classificação. Em seguida, argumenta que as orações causais podem ser adjungidas às três posições propostas na seção 1. Para tanto, alguns diagnósticos sintáticos, como *binding* ‘ligação’, escopo da negação e possibilidade de encaixamento, são apresentados. A seção 3 apresenta o trabalho de Rodrigues (2018) e busca refinar a análise proposta, defendendo as relações entre significado e posições de adjunção introduzidas no parágrafo anterior. Por fim, a seção 4 apresenta algumas considerações finais.

1. Orações adverbiais: estrutura externa e significado

1.1. Três níveis de integração das orações adverbiais

É consenso na literatura que as orações adverbiais não formam sintaticamente um grupo homogêneo, podendo ser classificadas em subgrupos distintos conforme o nível de integração estrutural em relação à oração que modificam. Frey (2016) e Badan e Haegeman (2022) reconhecem três níveis distintos de integração sintática das orações adverbiais: orações adverbiais centrais, orações adverbiais periféricas e orações adverbiais não-integradas.⁵ Essa classificação é fundamentada em diagnósticos relacionados, principalmente, a fenômenos de ligação (*binding*), de escopo (de operadores de foco e de negação, por exemplo) e de possibilidade de encaixamento. Além disso, essa classificação também se apoia em propostas que preveem diferentes projeções funcionais acima de TP, incluindo uma projeção funcional ligada ao ato de fala (e.g. SPEAS; TENNY, 2003; KRIFKA, no prelo).

Os dois primeiros diagnósticos distinguem as orações centrais dos outros dois tipos: se operadores na oração matriz podem estender seu escopo para a oração adverbial, isso indicaria que a oração adverbial é mais fortemente integrada à matriz. Inversamente, se esse efeito de escopo não é obtido, a oração adverbial apresentaria um nível de integração menor com a matriz. Em termos de

⁵ Trabalhos anteriores de Haegeman (1991, 2002, 2003, 2004, 2006, 2012, entre outros) propõem para as orações adverbiais uma classificação binária em centrais e periféricas. Badan e Haegeman (2022), com base nos trabalhos de Frey, revisam essa classificação e propõem a classificação ternária mencionada.

significado, as orações no escopo da matriz modificam a eventualidade nela codificada, ao passo que as orações fora do escopo da matriz não podem realizar esse tipo de modificação. Propõe-se assim que as primeiras seriam adjungidas internamente a TP e chamadas de centrais (ou integradas), enquanto as segundas seriam adjungidas externamente a TP (cf. HAEGEMAN, 1991, 2003, 2012). As orações adverbiais que recaem fora do escopo da matriz podem, por sua vez, ser diferenciadas entre si a partir da possibilidade de serem ou não encaixadas juntamente com a oração hospedeira como uma oração completiva. A possibilidade de encaixamento indica que a oração adverbial se relaciona com a proposição principal da completiva, e não com a proposição principal que contém o verbo que seleciona a completiva. Essas adverbiais são denominadas de periféricas. Já a impossibilidade de encaixamento mostra que a adverbial não estaria modificando a proposição principal da completiva (ou a eventualidade que ela denota), mas, sim, o ato de fala. Ou seja, a impossibilidade de encaixamento dessas orações seria resultado da impossibilidade de encaixamento de um ato de fala (cf. FREY, 2020, no prelo). Essas são as orações denominadas não-integradas.

Os resultados obtidos a partir desses diagnósticos apontam para (i) a adjunção das orações periféricas a uma projeção intermediária entre TP e a projeção ligada ao ato de fala, introduzindo proposições contextualmente salientes que evidenciam a relevância da proposição principal, e (ii) a adjunção das orações não-integradas a uma projeção ligada ao ato de fala, modificando-o (cf. CHARNAVEL, 2017, 2019; FREY, 2020; BADAN; HAEGEMAN, 2022; ÁNGANTÝSSON; JEĐRZEJOWSKI, no prelo).

Badan e Haegeman (2022, p. 2) exemplificam esses diferentes níveis de integração, e suas diferentes leituras, com orações do inglês introduzidas pela conjunção *while* (2).

- (2) a. While we were talking about Theresa May, the BBC announced her resignation.
‘Enquanto nós estávamos falando de Theresa May, a BBC anunciou sua renúncia.’
- b. While Theresa May may be viewed as a conservative, some of her proposals are innovative.
‘Embora Theresa May possa ser vista como uma conservadora, algumas de suas propostas são inovadoras.’
- c. While we are talking about Theresa May, some of her proposals were innovative.
‘Já que estamos falando de Theresa May, algumas de suas propostas foram inovadoras.’

Em (2a), *while* tem uma leitura temporal e a oração adverbial é central, modificando o evento codificado na oração principal; em (2b), *while* tem um sentido adversativo e a oração adverbial é periférica, introduzindo no contexto uma assunção que enfatiza a pertinência da proposição principal; já em (2c), *while* tem, como em (2a), uma leitura temporal, mas é uma oração que modifica o ato de fala, sendo considerada uma oração não-integrada.⁶

⁶ Badan e Haegeman (2022) se referem a esse tipo de oração como ‘orações adverbiais centrais recicladas como modificadoras de eventos de fala’.

Os exemplos em (3) mostram que uma oração introduzida por *while* com leitura temporal pode estar no escopo de uma negação sentencial (3a), ao passo que uma oração introduzida por *while* com sentido adversativo não pode (3b). Já o exemplo em (4), em que ocorre o encaixamento da adverbial juntamente com a matriz que essa adverbial modifica, mostra que a sentença só pode ser interpretada se for atribuído a *while* um sentido temporal estrito; a leitura com sentido temporal modificando o ato de fala não está disponível.

- (3) a. Thieves enter the house, not while you are all at home together but more likely during the weekend, when you are away.
 ‘Ladrões entram na sua casa, não enquanto vocês estão todos juntos lá, mas mais provavelmente durante o fim de semana, quando vocês estão fora.’
- b. We will not cancel our trip in September, (*not) while we will cancel our trip in June.
 ‘A gente não vai cancelar nossa viagem em setembro, (*não) embora a gente vá cancelar nossa viagem em junho.’
- (4) The secretary of state will announce [that [while they are talking about Theresa May], five cabinet ministers will be voting with the opposition].
 ✓‘O secretário de estado vai anunciar [que [enquanto eles estão falando de Theresa May], cinco ministros vão votar com a oposição].’
 *‘O secretário de estado vai anunciar [que [já que eles estão falando de Theresa May], cinco ministros vão votar com a oposição].’

Em síntese, as orações adverbiais podem se adjungir à matriz em três diferentes posições: internamente a TP, modificando a eventualidade principal; externamente a TP, colocando em evidência a relevância da proposição principal; e a uma projeção de ato de fala, modificando-o.

A seção a seguir apresenta a proposta de Sweetser (1990) para classificação das orações adverbiais causais com relação ao seu significado.

1.2. SWEETSER (1990)

De acordo com Sweetser, uma relação causal pode ser caracterizada em termos de diferentes domínios de uso, correspondentes a níveis cognitivos distintos: o domínio do conteúdo, o domínio epistêmico e o domínio dos atos de fala. Assim, a especificação das orações causais é feita de acordo com o domínio em que atuam. A sentença expressa uma relação causal pertencente ao domínio do conteúdo quando a eventualidade descrita na oração causal é interpretada como a causa direta da eventualidade descrita na oração matriz. Esse é o caso de (5), que estabelece uma relação causal em que o amor de John por uma pessoa referenciada como *her* ‘ela’ é a razão, a causa, de sua volta.⁷

⁷ Os exemplos (5) a (8) estão em Sweetser (1990, p. 77)

- (5) John came back because he loved her.
 John voltar-_{PST} porque ele amar-_{PST} ela
 ‘John voltou porque a amava.’

Já orações causais no domínio epistêmico apresentam uma evidência para a verdade de uma proposição expressa na oração associada, como em (6). Nesse caso, o conhecimento do falante sobre a volta de John é uma evidência, um argumento, para confirmar a conclusão expressa na matriz de que John a amava.

- (6) John loved her, because he came back.
 John amar-_{PST} ela, porque ele voltar-_{PST}
 ‘John a amava, porque ele voltou.’

Por fim, orações causais no domínio dos atos de fala constituem uma justificativa para a enunciação da oração associada, como em (7). A interpretação desse exemplo seria aproximadamente “eu estou te perguntando o que você vai fazer hoje à noite porque eu gostaria de sugerir que podemos ir ver esse filme”.

- (7) What are you doing tonight, because there’s a good movie on.
 o que está você fazendo hoje-à-noite, porque tem um bom filme em
 ‘O que você vai fazer hoje à noite, porque tem um bom filme passando’.

Sweetser ainda argumenta que há casos em que somente o contexto pode tirar a ambiguidade com relação ao domínio de atuação da oração causal, como em (8), em que é possível interpretar “ela saiu” como uma afirmação, seguida da causa de sua saída (buscar seu livro no cinema), ou como uma conclusão a partir do conhecimento do fato de que ela deixou seu livro no cinema.

- (8) She went, because she left her book in the movie theater last night.
 ela ir-_{PST} porque ela deixar-_{PST} seu livro em o filme teatro passada noite
 ‘Ela saiu, porque deixou seu livro no cinema ontem à noite.’

Sweetser chama a atenção para o fato de que a conjunção *because* ‘porque’ do inglês pode iniciar orações nos três domínios mencionados. Para a autora, a interpretação da sentença não depende da forma da conjunção, mas, sim, de uma escolha pragmaticamente motivada.

As propostas apresentadas nesta seção enquadram a discussão da seção seguinte sobre as orações causais do PB introduzidas por *porque* com relação aos seus níveis de integração sintática e aos seus significados.

2. As orações causais do PB

2.1. As orações causais do PB e a classificação de Sweetser (1990)

As orações do PB introduzidas por *porque*, da mesma forma que no caso do inglês, podem estar relacionadas aos domínios do conteúdo, epistêmico e dos atos de fala, como pode ser constatado na tradução dos exemplos do inglês em (5)-(7) e nos exemplos em (9).⁸

- (9) a. O João conseguiu o emprego porque é cunhado do chefe.
 b. A Maria foi ao médico, porque vi uma receita sobre a mesa.
 c. Chegue mais cedo hoje, porque o auditório estará lotado.
 d. Quem chegou, porque eu ouvi a campainha.

Em (9a), a oração causal expressa uma relação no domínio do conteúdo – o fato de o João ser cunhado do chefe é a causa, a razão direta, de ele ter conseguido o emprego. Já em (9b), a oração causal expressa uma relação no domínio epistêmico, resultado de um processo inferencial – é do conhecimento do falante a plausibilidade de ter-se ido ao médico para obter-se uma receita; a partir desse conhecimento e da constatação da existência de uma receita médica no nome da Maria, ele enuncia a conclusão de que Maria foi ao médico. A oração causal constitui, dessa forma, uma evidência para a verdade da proposição enunciada na oração inicial.⁹ As orações causais em (9c) e em (9d) expressam uma justificativa para a enunciação da oração principal: em (9c), a oração *chegue mais cedo* veicula um ato de fala injuntivo, e a oração causal expressa uma justificativa para esse pedido/essa ordem; em (9d), a oração *quem chegou* veicula um ato de fala interrogativo, e a oração causal expressa uma justificativa para essa pergunta.

No PB, tal qual no inglês, também há casos em que só o contexto pode eliminar a ambiguidade, como em um dos exemplos discutidos por Ilari (2008, p. 829), reproduzido em (10), em discussão sobre a dificuldade na classificação semântica dos nexos inter-sentenciais, com foco na conjunção *porque*.

- (10) O criminoso voltou ao local do crime *porque* deixou impressões digitais na porta de vidro.

Ilari esclarece que essa sentença poderia ser usada em duas situações distintas, que dizem respeito, respectivamente, ao *dictum* e ao *modus*. Essas situações correspondem ao que Sweetser denomina domínio do conteúdo e domínio epistêmico:

‘Situação a’: O detetive que investiga o caso descobriu que o criminoso, depois de deixar o local do crime, se lembrou de ter passado pela porta de vidro e retornou para apagar as impressões digitais.

⁸ Neves e Braga (2016) também adotam a classificação de Sweetser para enquadrar a discussão sobre as construções hipotéticas/adverbiais num quadro funcionalista.

⁹ Charnavel (2017, 2019) identifica esse tipo de relação causal como ‘evidencial’.

‘Situação b’: O detetive que investiga o caso concluiu que o criminoso voltou ao local alguns dias depois do crime, ao descobrir na porta de vidro algumas impressões digitais não observadas pela polícia técnica, logo em seguida ao crime. (ILARI, 2008, p. 830)

Da mesma forma que pode haver construções ambíguas entre uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica, como no exemplo anterior, exemplos em que as três leituras são possíveis, dependendo do contexto, também existem, como (11).

- (11) A Maria vai comprar um carro, porque o João tem insistido que isso vai facilitar a vida dela.

Na leitura de conteúdo, a razão para a Maria comprar um carro é a insistência do João. Na leitura epistêmica, o falante conhece a insistência do João e presume, conclui, que Maria vai (provavelmente) comprar um carro – a oração causal é apresentada como evidência para essa conclusão. Na leitura de ato de fala, o falante realiza uma asserção, e essa asserção é justificada pela oração causal. Nesse caso, o conteúdo da oração causal também veicula a razão pela qual a Maria vai comprar um carro, mas esse conteúdo é apresentado como justificativa para o ato de fala assertivo; assim, a oração causal constitui um comentário acrescentado pelo falante, modificando o ato de fala e veiculando a razão por que o falante asseverou que Maria vai comprar um carro. Como observado na introdução deste trabalho, argumento que essas diferentes interpretações correspondem a diferentes estruturas sintáticas: na interpretação de conteúdo, a oração causal estaria adjungida internamente a TP, na interpretação epistêmica, a oração causal estaria adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala, e na interpretação de ato de fala, a oração causal estaria adjungida à uma projeção de ato de fala. Na seção 3, argumentarei que essa correspondência não é de um para um e discutirei as outras possibilidades de interpretação para cada nível de adjunção.

Vale notar que muito da confusão que se observa na literatura sobre causais e explicativas reside no fato de que uma asserção é um ato de fala, e a oração causal que segue um ato de fala assertivo pode ou não fazer parte da asserção. Quando a oração causal veiculando a razão da situação descrita na matriz não faz parte da asserção, ela constitui um enunciado independente que fornece uma justificativa para asserção. Teríamos, nesse caso, a situação apontada por Colaço e Matos (2016), em que uma oração com “sabor” explicativo denota a causa real da eventualidade expressa na oração principal.¹⁰ Esse é o principal ponto da análise proposta por Rodrigues (2018), que será discutida na seção 3.

2.2. Níveis de adjunção das orações causais introduzidas por *porque*

Para mostrar que as orações causais do PB também podem ser classificadas como centrais, periféricas e não-integradas, discuto a seguir três diagnósticos mencionados na seção 1.1: ligação

¹⁰ Ver Nota 2.

(*binding*), escopo da negação e a propriedade de encaixamento em uma oração completiva. Os testes envolvendo os fenômenos de ligação e de escopo distinguem as orações centrais das orações periféricas e das não-integradas, enquanto o teste sobre a possibilidade de encaixamento distingue as orações periféricas das orações não-integradas.

Para maior clareza dos testes e das explicações, os exemplos examinados nesta seção ilustram a seguinte correspondência: para mostrar que as orações causais podem ser orações centrais, os exemplos trazem orações de conteúdo; para mostrar que as orações causais podem ser periféricas, os exemplos trazem apenas orações epistêmicas; e para mostrar que as orações causais podem ser não-integradas, os exemplos trazem apenas orações de ato de fala.

2.2.1 Ligação e escopo da negação

Se a oração é adjungida internamente a TP, espera-se que ela esteja no domínio de c-comando dessa projeção funcional. Os exemplos em (12) mostram que as orações iniciadas por *porque* no PB podem ocupar essa posição.

- (12) a. *Ela_i vai embora porque a Maria_i tá cansada.
 b. Nenhuma criança_i chorou porque seu_i brinquedo quebrou.
 c. A Maria não vai embora porque o Pedro chegou (ela vai embora porque é tarde).

Em (12a), há uma violação do Princípio C da teoria da ligação: a oração causal não aceita uma expressão-R correferenciada com um pronome sujeito na matriz, o que seria possível se a expressão-R não estivesse no domínio de c-comando do pronome. Em (12b), ocorre a situação oposta: o possessivo de 3ª pessoa *seu* pode ser ligado por uma expressão antecedente quantificada na matriz, indicando que a oração causal está no domínio de c-comando da matriz. Já em (12c), a oração causal pode ser interpretada no domínio da negação da matriz. As orações causais em (12) podem, portanto, ser classificadas como adverbiais centrais.

Alternativamente, se a oração é adjungida externamente a TP, ela não estará no domínio de c-comando do sujeito ou da negação, como pode ser visto em (13) e em (14). Em (13), não há violação do princípio C; em (14), a oração causal não se encontra no domínio da negação principal.

- (13) a. Ela_i deve ter saído, porque a Maria_i nunca deixa a luz apagada.
 b. Eu sei que você tá esperando o Pedro. Que horas ele_i chega, porque o Pedro_i não gostaria de me encontrar aqui.

- (14) a. *A Maria não deve ter saído, porque o carro tá na garagem (mas porque o portão está fechado).
 b. *João, olha, a Maria não tá bem de saúde, porque eu sei que você tá sempre querendo saber da vida dela (mas porque eu preciso compartilhar essa notícia).

Esses testes mostram que as orações em (13) e (14) não são centrais, contudo não as diferenciam com relação ao seu estatuto de periféricas ou não-integradas. Essa distinção pode ser estabelecida pelo teste de encaixamento, como veremos a seguir.

2.2.2 Encaixamento

Apropriedade de encaixamento da construção causal como uma oração completiva pode distinguir uma oração periférica de uma oração não-integrada. Enquanto a possibilidade de encaixamento indica que a oração causal modifica a oração completiva, a impossibilidade de encaixamento indica que a oração causal não está associada à completiva. Os exemplos em (15) mostram casos em que é possível encaixar uma oração causal juntamente com a matriz que ela modifica.

- (15) a. Pedro: “A Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada”.
 b. O Pedro disse que a Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada.
 c. O Pedro disse que, porque a luz tá apagada, a Maria deve ter saído.
 d. *Ele_i disse que, porque o Pedro_i viu uma receita sobre a mesa, a Maria deve estar doente.

Em (15b-c), a oração causal, por estar encaixada, fornece evidência para a proposição “a Maria deve ter saído”, não para a proposição principal “o Pedro disse que a Maria deve ter saído”. A anteposição da oração causal em (15c) garante que ela está de fato encaixada, que não está modificando a oração principal. O exemplo em (15d) confirma essa análise: há violação do Princípio C quando o DP “o Pedro” aparece correferenciado com o pronome “ele” na oração principal, indicando que a oração causal está no escopo da oração com o verbo “disse”; está encaixada, portanto, sob essa oração. A oração causal é, nesse caso, periférica.

Já os exemplos em (16) mostram um caso em que um encaixamento desse tipo não é possível.

- (16) a. Pedro: “Maria, minha filha não gosta de você, porque eu preciso ser sincero.”
 b. #O Pedro confessou que sua filha não gosta da Maria porque ele precisa ser sincero.
 c. *O Pedro confessou que porque ele precisa ser sincero a filha dele não gosta da Maria.
 d. Ele_i confessou que a filha dele não gosta da Maria, porque o Pedro_i precisa ser sincero.

Em (16a), a oração causal modifica o ato de fala assertivo “Maria, minha filha não gosta de você”. Em outras palavras, Pedro afirma que sua filha não gosta da Maria e acrescenta uma justificativa para a realização desse ato de fala, qual seja o desejo de ser sincero. Os exemplos em (16b-c), em que o ato de fala assertivo de Pedro é reportado na oração completiva, mostram que a oração causal não pode ser entendida como modificadora desse ato de fala reportado. O exemplo em (16b) só pode ser interpretado se a oração causal estiver modificando o ato de fala expresso por “O Pedro confessou

que não gosta da Maria” (ou estiver modificando a eventualidade principal). A anteposição da oração causal em (16c) garante que ela está de fato encaixada. O exemplo em (16d) confirma essa análise: a não violação do Princípio C mostra que a oração causal não está encaixada juntamente com a oração “a filha dele não gosta da Maria”; a oração causal está modificando o enunciado “Ele confessou que a filha dele não gosta da Maria”.

Em conclusão, os testes apresentados nesta seção mostram que, em PB, as orações causais podem ser classificadas em (i) centrais, quando se adjungem internamente a TP, modificando a eventualidade codificada na matriz; (ii) periféricas, quando se adjungem externamente a TP, modificando a proposição principal; e (iii) não integradas, quando se adjungem a uma projeção de ato de fala, modificando o ato de fala.

3. Proposta de análise para as orações causais do PB

Nesta seção, apresento inicialmente o trabalho de Rodrigues (2018), para, em seguida, propor uma ampliação de sua análise.

3.1. Rodrigues (2018)

Rodrigues questiona a frequente utilização da distinção causais vs. explicativas como ponto de partida para a discussão da estrutura sintática dessas orações e propõe que uma análise mais adequada para as orações interpretadas como causa direta deve levar em conta a estrutura informacional da sentença. Com relação à sintaxe externa dessas orações, Rodrigues assume, seguindo Haegeman (2002, 2006), a classificação binária central (adjunto de predicado) vs. periférica (adjunto de frase), propondo que as orações centrais são adjungidas no nível da projeção verbal, ao passo que as orações periféricas seriam adjungidas a CP. No que concerne a estrutura informacional, assume, com base em Frey e Truckenbrodt (2015), que

um enunciado complexo, quando formado por orações não integradas ou fracamente integradas entre si, não pode ser associado a uma única estrutura foco-background nem a uma única curva prosódica. Assim, as orações adverbiais periféricas, por estarem conectadas ao CP, seriam parcialmente (ou fracamente) integradas à oração principal; um enunciado com orações desse tipo possuiria dois contornos prosódicos distintos, podendo também ser associado a duas estruturas foco-suposição distintas. Já uma adverbial central e sua oração matriz seriam integradas sintaticamente, e o enunciado todo possuiria um contorno prosódico único e corresponderia a uma única estrutura foco-suposição. (RODRIGUES, 2018, p. 552)

O artigo em questão argumenta que a análise tradicional das orações ditas causais invariavelmente como adjuntos de predicado está equivocada,¹¹ pois não é o significado de causa direta do evento que determina a sintaxe das orações, mas sim o tipo de integração que a oração estabelece com

¹¹ Tradicionalmente, como citado na introdução do trabalho, a oração causal “indica o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na principal” (ROCHA LIMA, 2010, p. 274).

a matriz. Dessa forma, orações que veiculam a causa da eventualidade principal também podem modificar uma asserção, funcionando conseqüentemente como um adjunto de frase, não como um adjunto de predicado. Conforme apontado no artigo, a análise tradicional de uma oração causal como subordinada de predicado resulta do assentimento implícito de que uma oração que veicula a razão da eventualidade descrita na matriz só pode ser associada a um tipo de estrutura informacional específico, em que a matriz representa a pressuposição e a subordinada, o foco. Em uma estrutura desse tipo, a oração estaria modificando de fato a eventualidade principal. No entanto, no caso em que a oração matriz e a oração causal formam duas estruturas foco-pressuposição separadas, a oração causal, ainda que veicule um conteúdo descrevendo a causa da eventualidade principal, estaria modificando um ato de fala assertivo.

Em síntese, para Rodrigues (2018), as orações causais que denotam a causa direta da eventualidade principal podem tanto modificar essa eventualidade, quando são adjungidas a TP, quanto modificar o ato de fala, quando adjungidas acima de TP. Os exemplos mencionados no artigo ajudam a entender a questão:

- (17) a. Eu fiquei sabendo que o João casou com uma milionária, e que, dois meses depois, ela morreu num acidente de avião. Me disseram que ele não recebeu um tostão furado de herança.
 Por que que ele não herdou nada?!
- b. **O João não herdou nada porque casou com separação de bens.**
- (18) a. Eu fiquei sabendo que o João casou com uma milionária, e que, dois meses depois, ela morreu num acidente de avião. O que aconteceu com ele? Ficou rico?
- b. **O João não herdou nada, porque ele casou com separação de bens.**
 (RODRIGUES, 2018, p. 552, exemplos (8) e (9))

Tanto em (17b), como em (18b), as orações causais denotam a causa da eventualidade principal: a causa para o não recebimento da herança é o casamento com separação de bens. No entanto, as duas construções são associadas a estruturas informacionais distintas, com contornos prosódicos distintos, marcados pela ausência/presença da vírgula. Assim, (17b) possui um único contorno prosódico, indicando que a oração causal é uma oração central, ao passo que (18b) possui dois contornos prosódicos distintos, indicando que a oração causal é periférica. Rodrigues acrescenta que, no caso de (18b), “mesmo que a informação veiculada na oração causal não tenha sido pedida pelo interlocutor, o falante considera pertinente acrescentar a causa da situação descrita na oração *O João não herdou nada*”, introduzindo, assim, um comentário que justifica a asserção principal.

Essa é a questão central do artigo de Rodrigues (2018). Ainda que fundamentalmente correta, a proposta de análise pode ser refinada, como discutiremos na seção que segue.

3.2. O estatuto sintático das orações causais e seu significado

O presente trabalho parte da hipótese, já discutida por Rodrigues (2018), de que o conteúdo das orações causais não pode determinar a sintaxe externa dessas orações. Dito de outro modo, o fato, por exemplo, de uma oração causal veicular a causa direta da situação descrita na matriz não determina que essa oração deva ser adjungida internamente a TP, como modificadora da eventualidade principal. É o nível de adjunção da oração que vai determinar se ela está ou não modificando essa eventualidade. Nesse sentido, como vimos anteriormente, é possível para uma oração com determinado conteúdo descritivo modificar tanto a eventualidade principal quanto o ato de fala.

Para detalhar essa discussão, retomo as três leituras de Sweetser e argumento, seguindo Frey (2016, 2020), que a relação entre essas leituras e as posições de adjunção das orações causais se dá da seguinte maneira: as orações de conteúdo podem ser centrais, periféricas ou não-integradas, as orações epistêmicas só podem ser periféricas ou não-integradas e as orações de ato de fala só podem ser não-integradas. Dito de outro modo, (i) as orações adjungidas internamente a TP (centrais) só podem ser interpretadas no domínio do conteúdo, enquanto (ii) as orações adjungidas externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala (periféricas), permitem as leituras de conteúdo e epistêmica e (iii) as orações adjungidas à projeção de ato de fala (não-integradas) permitem as três leituras. Dessa forma, as orações não-integradas não têm somente uma leitura no domínio do ato de fala e as orações periféricas não têm somente uma leitura no domínio epistêmico. As orações centrais, no entanto, só podem ter uma leitura no domínio do conteúdo. O restante desta seção argumenta pela procedência das relações definidas em (i)-(iii).

3.2.1 Orações causais centrais: leitura de conteúdo

Como vimos nas seções 1.1 e 2.2, as orações centrais são aquelas que se encontram no escopo da oração matriz. Nos exemplos em (12) do PB, repetidos em (19), as orações causais são centrais, pois estão no domínio de c-comando do sujeito e da negação na oração principal: em (19a), há violação do Princípio C da teoria da ligação, indicando que a Expressão-R “a Maria” está no domínio de c-comando do pronome “ela”; em (19b), a possibilidade de ligação entre o possessivo “seu” e o sintagma quantificado sujeito “nenhuma criança” também mostra que a oração causal está no domínio de c-comando do sujeito matriz; já (19c) mostra que o escopo da negação alcança a oração causal, outra indicação de que essa oração está no domínio de c-comando da matriz. Essas propriedades sugerem que a posição de adjunção da oração causal é interna a TP (centrais).

- (19) a. *Ela_i vai embora porque a Maria_i tá cansada.
 b. Nenhuma criança_i chorou porque seu_i brinquedo quebrou.
 c. A Maria não vai embora porque o Pedro chegou (ela vai embora porque é tarde).

Por serem centrais, as orações causais em (19) modificam a eventualidade principal, logo a única interpretação possível para elas é no domínio do conteúdo.

3.2.2 Orações causais periféricas: leituras de conteúdo e epistêmica

Conforme a discussão na seção 2.2, as orações periféricas são aquelas que não se encontram no escopo da oração matriz, como ilustrado em (20a) (=13a) e em (20b) (=14a), e que podem ser encaixadas, juntamente com a matriz que modificam, sob um verbo que seleciona uma completiva (21) (=15a-b).

- (20) a. Ela_i deve ter saído, porque a Maria_i nunca deixa a luz apagada.
 b. *A Maria não deve ter saído, porque o carro tá na garagem (mas porque o portão está fechado)
- (21) a. Pedro: “A Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada”.
 b. O Pedro disse que a Maria deve ter saído, porque a luz tá apagada.

O exemplo em (20a) mostra que pode haver uma ligação entre a Expressão-R “a Maria” na causal e o pronome “ela” sujeito da principal, indicando que a oração causal não está no domínio de c-comando do pronome. Já o exemplo em (20b) mostra que a oração causal não se encontra no alcance da negação na principal, indicando que oração está fora do domínio de c-comando desse operador. Quanto ao exemplo em (21b), ele mostra que a oração causal é adjunto da oração completiva, pois é possível interpretar a oração causal como uma justificativa dada por Pedro para sustentar a conclusão que ele enuncia de que a Maria deve ter saído.

Tanto em (20) como em (21), a oração causal é do tipo epistêmico, pois apresenta uma justificativa para a conclusão enunciada na oração principal. Assim, orações periféricas podem ter uma leitura no domínio epistêmico.

Contudo, a hipótese defendida neste trabalho é que, além de poderem ter uma leitura no domínio epistêmico, as orações periféricas aceitam igualmente uma leitura no domínio do conteúdo; ou seja, mesmo estando adjungida externamente a TP, a oração periférica pode afirmar a causa de uma eventualidade.

De acordo com Frey (2020), uma oração periférica pode veicular a causa da eventualidade principal nos casos em que o falante considera uma relação causal como parte de sua avaliação do mundo. Em outras palavras, uma relação causal entre eventualidades p e q pode levar de forma natural a uma relação entre proposições baseadas em p e q , i.e. a uma relação entre atitudes: a suposição de que p é verdadeira leva à suposição de que q é verdadeira (cf. também FREY, 2016). Ou seja, a oração causal não versa diretamente sobre uma relação entre fatos, mas sobre uma relação entre assunções de que certos fatos são verdadeiros. Nos termos de Badan e Haegeman (2022), as adverbiais periféricas fornecem uma proposição que evidencia a relevância da proposição principal. Isso aconteceria quando a relação causal no domínio do conteúdo é expressa por uma oração periférica, como em (22).

- (22) João acredita [que Pedro está nervoso porque infelizmente suas mãos estão tremendo]. Ele tem medo de ter Parkinson como seu pai.

Em (22), João assume como verdadeiro que Pedro está nervoso e que suas mãos estão tremendo, e que o segundo fato é a causa do primeiro; ou seja, o fato de as mãos de Pedro estarem tremendo é a causa direta do seu nervosismo. Essa relação causal é parte da avaliação do mundo de João, como atesta o advérbio *infelizmente* presente na causal. Com relação à presença desse advérbio na oração causal, Ángantýsson e Jędrzejowski (no prelo), bem como Frey (2020), argumentam que, se uma oração se adjuge a uma determinada projeção funcional, espera-se que ela possa abrigar modificadores adverbiais associados com essa projeção. Assim, uma oração periférica poderia conter advérbios altos, avaliativos, como *infelizmente*, ou evidenciais, como *supostamente*, como é o caso de (22). Esse não seria, contudo, o caso de uma oração central. Nesse sentido, esses advérbios não poderiam ocorrer em uma oração causal que só pode ser analisada como central, como a oração causal em (19b). A modificação desse exemplo com a inclusão de um advérbio desse tipo, como ilustrado em (23), mostra que a ligação entre o possessivo e a expressão quantificada não é mais possível na presença de *infelizmente/supostamente*.

- (23) * Nenhuma criança_i chorou porque infelizmente / supostamente seu_i brinquedo quebrou.

Dessa forma, a possibilidade de abrigar advérbios avaliativos ou evidenciais indicaria que a oração é periférica. O exemplo em (22) mostra assim uma oração periférica com uma leitura no domínio do conteúdo. As orações periféricas podem, portanto, apresentar tanto uma leitura epistêmica quanto uma leitura de conteúdo.

3.2.3 Orações causais não-integradas: leituras de conteúdo, epistêmica e de ato de fala

De acordo com a discussão realizada na seção 2.2, as orações não-integradas são aquelas que não se encontram no escopo da matriz e que não podem ser encaixadas em uma oração completiva. Os exemplos vistos em (13b), (14b) e (16), repetidos em (24a), (24b) e (25), respectivamente, ilustram essas propriedades.

- (24) a. Eu sei que você tá esperando o Pedro. Que horas ele_i chega, porque o Pedro_i não gostaria de me encontrar aqui.
 b. *João, olha, a Maria não tá bem de saúde, porque eu sei que você tá sempre querendo saber da vida dela (mas porque eu preciso compartilhar essa notícia).
- (25) a. Pedro: “Maria, minha filha não gosta de você, porque eu preciso ser sincero.”
 b. #O Pedro confessou que sua filha não gosta da Maria porque ele precisa ser sincero.
 c. *O Pedro confessou que porque ele precisa ser sincero a filha dele não gosta da Maria.
 d. Ele_i confessou que a filha dele não gosta da Maria, porque o Pedro_i precisa ser sincero.

Os exemplos em (24) mostram que a oração causal não está no domínio de c-comando do sujeito ou da negação da principal, e os exemplos em (25) mostram que a construção causal não pode ser encaixada, indicando que a oração causal não está modificando a completiva. Em suma, essas orações causais são não-integradas, associadas a uma projeção de ato de fala, modificando, portanto, o próprio ato de fala.

Com relação à classificação de Sweetser (1990), essas orações causais veiculam uma leitura de ato de fala: em (24a), o falante enuncia a oração causal para justificar a pergunta “que horas ele chega”, e em (25a), o falante enuncia a oração causal para justificar o ato de fala assertivo “Maria, minha filha não gosta de você”. Em (26), temos um outro exemplo em que a oração causal não-integrada tem uma leitura de ato de fala.

- (26) Quem foi que convidou o Pedro pro Natal, porque, honestamente, quem suporta esse cara?

No entanto, como defendido neste trabalho, as orações causais não-integradas não veiculam exclusivamente uma leitura de ato de fala, podendo igualmente veicular uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica. Os exemplos abaixo atestam essas duas leituras.

- (27) a. E o João, como ele está? Você tem notícias dele?
b. O João acabou aceitando o emprego na empresa do pai, porque, francamente, né, ele não tinha outra oferta.

- (28) A Ana deve estar doente, porque, honestamente, ela está muito pálida!

Advérbios como *honestamente* e *francamente* são também advérbios altos, mas ligados ao ato de fala. Consequentemente, se a oração causal pode hospedar esses advérbios, isso indicaria que ela é uma oração não-integrada, pois está se adjungindo a uma projeção de ato de fala. As orações causais em (27) e em (28) contêm esses advérbios, indicando que o seu estatuto é o de uma oração não-integrada. Contudo, elas expressam diferentes leituras: em (27b), a oração causal estabelece uma relação no domínio do conteúdo, ou seja, a razão por que o João aceitou o emprego foi o fato de ele não ter outra oferta, mas a oração causal não está modificando a eventualidade denotada pela principal; essa oração é acrescentada como um comentário do falante, logo está modificando o ato de fala, mas veiculando a causa da eventualidade principal.¹² Já em (28), a oração estabelece uma relação no domínio epistêmico: a oração causal veicula uma justificativa para a conclusão de que Ana deve estar doente.

Dessa forma, a possibilidade de abrigar advérbios ligados ao ato de fala indicaria que a oração é não-integrada. Os exemplos em (27) e (28) mostram que a oração causal não-integrada, além de

¹² Esse é o caso também do exemplo em (18b). Da mesma forma que Badan e Haegeman (2022) (ver nota 5), é possível se referir a esse tipo de oração como ‘orações adverbiais centrais recicladas como modificadoras de eventos de fala’.

veicular uma leitura de ato de fala, também pode veicular uma leitura de conteúdo e uma leitura epistêmica.

Resumindo brevemente, esta seção discutiu a análise de Rodrigues (2018) e propôs uma ampliação de sua análise, assumindo três posições de adjunção para as adverbiais causais e estabelecendo uma correspondência entre as posições de adjunção e os significados das adverbiais introduzidos por Sweetser (1990).

4. Conclusão

Este artigo examinou a sintaxe das orações causais do PB introduzidas por *porque*. Em termos sintáticos, argumentou-se que essas orações podem ser analisadas como centrais, periféricas e não-integradas, integrando-se estruturalmente em três níveis distintos com relação à oração principal: internamente a TP, externamente a TP e a uma projeção ligada ao ato de fala. Em termos de significado, o trabalho mostrou que as orações causais do PB podem ser interpretadas como causais de conteúdo, epistêmicas e de ato de fala, conforme a proposta de Sweetser (1990), mas que não há uma correspondência direta entre essas leituras e as posições de adjunção das orações. Nesse sentido, as orações de ato de fala só podem ser não-integradas, as orações epistêmicas podem ser tanto periféricas quanto não integradas e as orações centrais podem se adjungir às três posições. Essas relações podem ser compreendidas em termos de escopo do adjunto: uma oração adjungida internamente a TP, por estar associada à eventualidade expressa pela matriz, só permitiria uma interpretação relacionada ao domínio do conteúdo; uma oração adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção relacionada ao ato de fala, por estar associada à proposição expressa pela matriz, permitiria interpretações relacionadas tanto ao domínio do conteúdo quanto ao domínio epistêmico; já uma oração adjungida a uma projeção de ato de fala, no topo da estrutura, por estar associada ao enunciado, permitiria interpretações nos três domínios cognitivos.¹³ Uma implementação dessa proposta poderá ser pensada em trabalhos futuros nos termos de Krifka (no prelo), como propõem Frey (2020) e Ángantýsson e Jędrzejowski (no prelo).

Referências

ÁNGANTÝSSON, Á.; JĘDRZEJOWSKI, Ł. Layers of subordinate clauses: A view from causal af-því-að-clauses in Icelandic. In: JĘDRZEJOWSKI, Ł.; FLEczORECK, C. (ed.). *Micro- and Macro-variation of Causal Clauses. Synchronic and Diachronic Insights*. Amsterdam: John Benjamins, no prelo.

BADAN, L.; HAEGEMAN, L. The syntax of peripheral adverbial clauses. *Journal of Linguistics*, pp. 1-42, 2022.

¹³ Gostaria de agradecer a um dos pareceristas deste artigo a sugestão para o acréscimo desta explicação. Ele acrescenta, no entanto, que seria necessário observar se também uma leitura de ato de fala estaria disponível para uma oração adjungida externamente a TP, mas abaixo da projeção de ato de fala. Para uma discussão adequada sobre essa questão, será necessário aprofundar o entendimento da relação entre a presença de advérbios altos nas orações causais e o seu nível de integração na matriz, além de outras propriedades que essas construções possam apresentar.

CHARNAVEL, I. *French causal puisque-clauses in the light of (not)-at-issueness*. In: 47TH LINGUISTIC SYMPOSIUM ON ROMANCE LANGUAGES. University of Delaware, 2017. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/isabellecharnavel/research/presentations/conference-and-workshop-presentations>>. Acesso em: 29 maio. 2022.

CHARNAVEL, I. Perspectives in Causal Clauses. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 37, n. 2, pp. 389-424, 2019.

COLAÇO, M.; MATOS, G. Explicative clauses in portuguese as a case of parentheses. Em: FIÉIS, ALEXANDRA; LOBO, MARIA; PEREIRA, SANDRA (ed.). *Romance languages and Linguistic Theory: Selected papers from Going Romance 28*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2016. pp. 43-60.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira, 2001.

FREY, W. On some correlations between interpretative and formal properties of causal clauses. In: REICH, I.; AUGUSTIN, S. (ed.). *Co- and Subordination in German and Other Languages*. Hamburg: Helmut Buske Verlag GmbH, 2016. pp. 153-79.

FREY, W. German concessives as TPs, JPs and ActPs. *Glossa: a journal of general linguistics*, v. 5, pp. 1-31, 2020.

FREY, W. On the categorical status of different dependent clauses. In: HARTMANN, J. M.; WÖLLSTEIN, A. (ed.). *Propositional arguments in cross-linguistic research: Theoretical and empirical issues*. Berlin: Mouton de Gruyter, no prelo.

FREY, W.; TRUCKENBRODT, H. Syntactic and prosodic integration and disintegration in peripheral adverbial clauses and in right dislocation/afterthought. In: TROTZKE, A.; BAYER, J. (ed.). *Syntactic Complexity across Interfaces*. Berlin: De Gruyter, 2015. pp. 75-106.

HAEGEMAN, L. Parenthetical adverbials: The radical orphanage approach. In: CHIBA, S. *et al.* (ed.). *Aspects of Modern English: Papers presented to Masatomo Ukaji on his 60th birthday*. Tokyo: Kaitakushi, 1991. pp. 232-54.

HAEGEMAN, L. Anchoring to Speaker, adverbial clauses and the structure of CP. *Georgetown University Working Papers in Theoretical Linguistics*, v. 2, pp. 117-80, 2002.

HAEGEMAN, L. Conditional Clauses: External and Internal Syntax. *Mind and Language*, v. 18, n. 4, pp. 317-39, set. 2003.

HAEGEMAN, L. The syntax of adverbial clauses and its consequences for topicalisation. In: COENE, M.; DE CUYPER, G.; D'HULST, Y. (ed.). *Antwerp Papers in Linguistics - Current Studies in Comparative Romance Linguistics 107*. Antwerp: University of Antwerp, 2004. pp. 61-90.

HAEGEMAN, L. Conditionals, factives and the left periphery. *Lingua*, v. 116, n. 10, pp. 1651-69, 2006.

HAEGEMAN, L. *Adverbial Clauses, Main Clause Phenomena, and the Composition of the Left Periphery: The Cartography of Syntactic Structures*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2012.

- ILARI, R. As conjunções. In: *Gramática do Português culto falado no Brasil - Classes de palavras e processos de construção*. [s.l.] Editora UNICAMP, 2008, v. 2, pp. 809-60.
- KRIFKA, M. Layers of assertive clauses: Propositions, judgements, commitments, acts. In: HARTMANN, J. M.; WÖLLSTEIN, A. (ed.). *Propositional Arguments in Cross-Linguistic Research: Theoretical and Empirical Issues*. Berlin: Mouton de Gruyter, no prelo.
- LOBO, M. *Aspectos da Sintaxe das orações subordinadas adverbiais do Português*. 2003. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.
- LOBO, M. Subordinação Adverbial. In: RAPOSO, E. et al. (ed.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1981-2057.
- MATOS, G. Coordenação Frásica vs. Subordinação Adverbial. In: FREITAS, T.; MENDES, A. (ed.). *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 2004, pp. 555-67.
- MATOS, G. Coordination de phrases vs. subordination adverbiale - propositions causales en portugais. Em: BRILL, I.; REBUSCHI, G. (ed.). *Faits de Langues: Revue de Linguistique, n. 28 — Coordination et subordination: typologie et modélisation*. Paris: Ophrys, 2006, pp. 169-80.
- MATOS, G.; RAPOSO, E. Estruturas de coordenação. In: RAPOSO, E. et al. (ed.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 1761-817.
- NEVES, M. H. de M.; BRAGA, M. L. As construções hipotáticas / adverbiais. In: *A construção das orações complexas*. Gramática do português culto falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Edição revista segundo o novo acordo ortográfico ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SPEAS, M.; TENNY, C. Configurational properties of point of view roles. In: DI SCIULLO, A. M. (ed.). *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. pp. 315-44.
- SWEETSER, E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.